

O que há por trás do pacote

Eliane Cantanhede

De Brasília

CONGELAR de novo ou descongelar logo? Esta parece ser a questão do atual pacote, que nem mais pacote é, mas mesmo assim continua a remexer cifras e planilhas e a animar disputas internas do governo. Mas, por trás de toda essa confusão armada em cima da necessidade de ajustes do Plano Cruzado e ao lado da instalação da Constituinte, há uma premência: a definição do caráter da transição democrática, que para ser deslanchada teve o apoio tanto do capital quanto do trabalho. Na sua função de intermediar conflitos, quem, afinal, deve o Estado defender?

Se o plano cruzado convém ser reeditado (como quer a Fazenda) ou se a inflação é inevitável e deve ser apenas controlada (como defende o Planejamento), é uma questão para os técnicos. Mas a forma de convivência com a cultura inflacionária é simplesmente a ponta aparente de uma discussão que vai muito mais a fundo na sociedade, resvala no atual governo e encontra no PMDB um fortíssimo e legítimo poder de pressão: já que não há mudanças estruturais à vista e o cronograma político da transição corre sem sobressaltos, está no momento de o país definir, enfim, se quer uma política de rendas que prestigie o salário — o lado fraco do jogo econômico — ou se, por inércia e conveniência, prefere estacionar na relação ancestralmente desigual entre salários e preços, compensada pela ineficaz política de compensações.

Ao levantar a questão na reunião do Conselho de Desenvolvimento Social, na segunda-feira, 19, com o apoio imediato de seus colegas Celso Furtado e Raphael de Almeida Magalhães, o ministro Almyr Pazzianotto pôs de fato o dedo na ferida. Enquanto uma coleção de ilustres ministros orgulhosamente apresentava programas feitos para correr atrás da miséria absoluta, misturando à massa marginal do processo os assalariados da fome (o que, no total, dá em torno de 70 milhões de pessoas), Pazzianotto levantou uma dúvida atroz: em vez de sofisticar programas e minar as finanças públicas com a tradição do paternalismo, por que, simplesmente, não promover melhores salários? Pano rápido.

Os economistas fazem o seu papel, mas o Presidente e os partidos no governo não podem esquecer que o jogo mudou

Não se questiona a necessidade de haver no Brasil, este país de dimensões geográficas e desigualdades sociais assustadoras, programas de assistência à miséria absoluta. Este, aliás, é um papel essencial do Estado. Mas daí a confundir num mesmo universo-alvo também os assalariados da fome e suas famílias, já é outra história, pois isto mantém como eterna retórica o compromisso nacional, partidário e pessoal de uma melhor distribuição de rendas.

Quando o governo fala em pacto social e acena com a possibilidade de mais uma vez, como sempre, os assalariados pagarem as encruzilhadas da economia, automaticamente remete a discussão para aquela época do Delfim Neto. Ou não era assim que se fazia, quando não havia eleições gerais, baixavam-se pacotes sem gatilho salarial e a opinião era completamente secundária diante da força do grande capital?

Ao discutirem se deve haver um realinhamento de preços agora, com um congelamento por três meses; ou, ao contrário, um ajuste natural da economia para um novo choque daqui a três meses, os economistas cumprem seu papel de apresentar uma radiografia da situação, as soluções possíveis e suas repercussões na economia do país. Mas cabe ao presidente, ao seu governo de aliança, aos partidos que lhe dão sustentação política e à própria Constituinte perceber que o jogo mudou e que, de acordo com as novas regras, o capital é importante, mas quem manda é a opinião pública. Dela depende o destino de todo esse conjunto de forças e, mais pragmaticamente, a própria sobrevivência do governo Sarney.

Quando o presidente da Fiesp, Mário Amato, pregou a desobediência civil, provocou a ira de Sarney e mexeu com os brios do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, que estava pronto para responder à altura, até ver Amato se retratando pela televisão. Naquele momento, o general se pautou pelo patrono do exército, Duque de Caxias, que expressava assim suas sensações diante do inimigo:

— Antes da batalha, medo; durante, ódio; depois, respeito.

Caxias falava como o vencedor que sempre foi; e no recente episódio serviu como um bom instrumento para mostrar que o poder político — do qual o ministro do Exército faz parte — não é intrinsecamente aliado do capital, como parece. E se não é diante da ameaça à ordem civil, por que ser quando se trata da defesa do salário?